

AM



reflexão sobre a forma de intervenção do MAD \*

« Vai o Movimento para o Aprofundamento da democracia privilegiar, na sua acção crítica e realizante, e em função dos seus objectivos, o nível estatal ou os níveis local e sectorial? A sociedade política como meio para a transformação da sociedade civil ou esta como meio para a transformação geral, inclusive a da sociedade política? »

O MAD viverá porém, da tensão entre estes dois contrários, e o que ele possa vir a constituir do ponto de vista político geral deveria estar sempre submetido ao que ele vier a ser como factor cultural de transformação da sociedade civil portuguesa. / Ou seja: menos por uma moral diferente do que por uma cultura diferente / O moralismo e a competição são os seus perigos mas sem eles num país como o nosso, não ganharia dinâmica. Utilizá-los sem se submeter a eles terá que ser, segundo creio, o objectivo da destreza dos seus dirigentes, que deverão tomar mais vezes, no curto prazo, o político como mediação do cultural do que o cultural como mediação do político, ordem que inverterão no longo prazo, que preferirão àquela. »

Nuno Teixeira Neves, in Jornal de Notícias  
31/7/83

1. A dialéctica da interacção sociedade política / sociedade civil é uma questão que ganha particular importância e novidade para um tipo de organizações que se apresenta, como o MAD, como movimento cívico.

A lógica natural da sua intervenção parece apontá-lo basicamente para uma acção social

transformadora no terreno da sociedade civil. Mas um movimento que pretende potenciar, na medida dos seus meios, uma acção com a maior amplitude social - no plano de uma intervenção de qualidade, em profundidade, e não extensiva - tem que identificar uma acção cultural de profundidade que só pelo político se pode exprimir.

2

Mais do que vogar numa contradição de laivos antagonicamente simplistas - estado versus sociedade civil - há que tirar as conclusões do peso excessivo do Estado em Portugal (e aqui numa visão latoa insere-se o aparelho de governo central, aparelho militar, os meios de comunicação de massa, partidos, sindicatos). Esta nossa especificidade evidenciamos uma natureza absorventemente estruturante do Estado na sociedade civil que faz com que mesmo zonas sociais particulares dele dependam tais como os grandes grupos economicos, as associações de interesses privados (corporações), até as associações partidárias e as associações culturais. Por outro lado, ainda hoje em Portugal estamos relativamente distantes da constituição de movimentos culturais temáticos (ecológicos, nucleares, paz, mulheres, jovens, etc.) que aspirem a concretizarem-se em movimentos sociais, em dialogo com a lógica de evolução das sociedades pós-industriais e das suas problemáticas.

3

Este Estado centralizado e gigante conformado por décadas de ditadura respira por uma concha política cujo sistema, emergente do 25 de Abril, assenta nas fórmulas e órgãos da democracia representativa. Mas onde os mecanismos de representação inscritos na Constituição se têm institucionalizado não como meios necessários de organização da vontade da base - a que em ultima análise no plano ético e político se reportam - mas como soluções de devolução temporariamente definitiva de uma legitimidade que automaticamente se aduvinha, a revelia da democracia substancial.

O sistema político português, desde a sua origem, a revelar



preocupantes distorções de exercício, a afirmação-se pela generalização do Estado (forma específica de concentração política de poderes), em que este galopantemente se partidocristiga. Neste viés que se instala tem particular responsabilidades a adopção de um sistema eleitoral que reduz, no essencial, a intervenção política central para os partidos e, com isso, abando-se a uma lógica burocrática integral desredada, muitas vezes, e só, de fidelidades pessoais estreitas.

4 A Assembleia Parlamentar tem por isso, entre nós, o valor para uma simples câmara de eco do executivo, perdida na sua especificidade fiscalizadora e onde vão desaparecendo as individualidades e línguas por os seus membros deixarem constituir. Os que mantêm a maioria dos deputados Constituintes fazem da Câmara uma instância em crescente desprestígio, cujos 250 membros se não justificam, que começa na consciência popular a merecer a atenção do baronato no século passado.

Estado  
↓  
Governo  
↓  
partidos  
≠  
sociedade

5 Também os reais de comunicação social do estado começam a revelar um preocupante carácter e dependência face ao governo, do mesmo modo que as valvulas de segurança institucionais do sistema democrático (Tribunal Constitucional, Promotor de Justiça, Conselho Superior de Reforço, Conselho de Concórdia Social) se têm organizado numa lógica de dependência governamental e partidocrista.

6 A partilha de diapas do Estado entre o Governo e o PR continua a pautar-se numa lógica de conflito aberto <sup>em que</sup> tende a ser reduzido a um papel de segurança do sistema em tempo de crise <sup>e de ruptura</sup> e a seu espectador durante o seu desenrolamento.

7 O próprio poder local, grande conquista <sup>democrática</sup> do 25 de Abril, voça numa relativa indefinição muito mais reduzido no geral, e fragmentado, como máquina periférica do aparelho central a nível local, ou como expressão de um novo centralismo local, <sup>e não</sup> ~~desaparece~~ como agente da activação social das localidades e de revitalização da sociedade civil.



8 O que acaba de se enunciar de forma sumária e conclusiva não pretende constituir qualquer menespeço pelos partidos, cuja importância decisiva no sistema democrático é indiscutível, mas reporta-nos para um formalismo democrático-representativo que corre riscos crescentes de se esvaziar, cada vez mais distante da aspiração de democracias participadas inscrita no CRP. E suscita-nos para a necessidade de uma intervenção cultural na esfera política que atenda à especificidade do modelo de Estado em Portugal, da natureza estruturante dele na sociedade civil, dos riscos de "pauperização" do regime democrático e, obviamente, da natureza do MAD, seu prático movimento cívico.

9 2. Um partido político é por definição, na sua representação social, uma instituição que se propõe, se afirma e se conforma com o sistema político, o exercício do poder central ou, em oposição, a contestação desse exercício e a sua alternância.

Distinta neste deste postura está o MAD, querendo assumir-se como movimento cívico, deve procurar os traços distintos e identificados de intervenções que se terão que reportar, sem perda do contacto, a um modelo de desenvolvimento descentralizado alternativo. O MAD não pode por isso comportar-se e agir face ao Poder e ao governo como um anti-poder e como um contra-poder. O MAD não tem que buscar a sua identidade por referência ao exercício do poder e em função de uma lógica de partilha ou disputa (interna ou externa) do mesmo. Não temos que ser a consciência crítica da divergência face ao bloco partidário dominante, não temos de estar no contra por não se estar no exercício do poder. Não estamos obrigados a cumprir a ~~mensagem~~ sistematizada ~~de~~ apologia do princípio contrário: de uma postura por referência e de discordância por definição.

10

A nossa identidade, ou alteridade, também não se acha nua  
postura à margem do poder. De alheamento das partes da conjuntura  
 e estruturais do político, numa mansa espera de mudança das  
 condições objectivas pelo livre jogo das ideias em movimento.  
 Esta lógica atentista, à margem do poder, é crédula na força  
 pedagógica das ideias, ou no curso dos tempos por elas, e  
 situa-se no horizonte das viagens adiadas. Este margem do  
sistema sem que uma esperança radical, por frustração, se venha  
 colocando é um terreno fértil de passividade e vigia a não  
 cair em desesperança e a impotência.

As mãos esquentadas e sujas, em tudo o pe em fogo  
 e cinza, fazem-se mágicamente mãos limpas à espera de...

(bodot).

11

Seu ser por postura intelectual, um sentimento <sup>colectivo</sup> semelhante  
 a este, apenas instintivamente "ansioso", pode gerir-se novamente  
 quando começam a desaparecer os seus pontos e teorias  
 de ataques a ilegitimidade e insuportabilidade do sistema  
 político. O recurso das <sup>e a sua adesão</sup> marças políticas personais parece  
 então, <sup>como</sup> uma forma de protesto de desafiar o estado do país de  
 se imobilizar no impotência.

12

3. O MAO tem que ser a um tempo a superação  
 destas opções, ambas não isentas de riscos. O MAO tem de recusar  
 uma opção entista face ao sistema partidário (~~o~~ uma espécie  
 de "melhor partido" fora de jogo) e a tentação elitista só entendível  
 e alçada a iniciado. É certo que o MAO "está" mais  
 para julgar se para ser julgado, surgindo como um não-poder  
 capaz de representar e sugerir uma alternativa global ao modelo  
 de desenvolvimento (a nível <sup>ind.</sup> económico e cultural) e uma revitalização  
 criadora da democracia política plena.

13

O discurso crítico do MAO tem que ser um dis-  
 curso de não-poder mas tem que se "contaminar e fixar"  
 no político produzindo um discurso global alternativo  
 quando parte ou incide na conjuntura política. O MAO



não pode cair na "pecha", de uma crítica de conjuntura, que se esgota numa qualquer opinião ou solução ocasional, mas tem que procurar ser a consciência política e moral (de uma moral política que assenta na consciências larvar de bom senso e equilíbrio do "homem comum,") dos cidadãos que se identificam com o aprofundamento da democracia.

14

O discurso do MAD não é um discurso de partido colocado numa lógica de referências ao sistema partidário dominante e deve, por isso, procurar deslizar, num voo analítico, do exercício estreito do poder para um modelo de desenvolvimento alternativo às soluções, em crise, do Welfare State.

15

A ideia do aprofundamento da democracia parece, nesse sentido, conter inúmeras virtualidades pois, colocando-nos, a partir de um tenso frontista de defesa e aperfeiçoamento do regime democrático-constitucional (e de referência à democracia representativa) potências a busca de uma matriz ideológica mais exigente, aberta ao novo modelo a receber.

16

O MAD <sup>Fundação Cuidar o Futuro</sup> não pode desprezar, numa lógica frontista, a possibilidade de se constituir como expressões aglutinadoras, ou como contributo para uma referência aglutinadora, ou satisfacões crescentes de sectores sociais democráticos em divé- gêncis com o "regime democrático vivido". Para desempenhar esse papel, para o qual ainda não temos os meios, devemos <sup>no</sup> propor uma leitura realista e séria de esperanças e tentos <sup>no</sup> apressados, progressivamente, como podendo contribuir <sup>ou devemos ser,</sup> decisivamente, para a sua defesa. Sendo não-poder <sup>somos,</sup> somos uma âncora do regime democrático que pode <sup>ter</sup> ter que ser recolhida em "levantar fenoos".

17

O MAD deve enunciar ~~e~~ ser portador de uma esperança possível que só existe fora de uma lógica capitalista



de sistemática sucensão da gestão liberal, de contenção do crescimento e de agravamento dos "custos" sociais (feitos pelos "trabalhistas", de qualquer cor) e da gestão expansionista e de reequilíbrio (feita pelos conservadores), num ciclo infernal de reprodução do sistema económico.

18

O MAD deve fazer um discurso global de conjuntura antepondo sempre um novo modelo, uma nova política, uma nova esperança e a confiança nas virtualidades do regime democrático face ao cingente das opções do dever e haver seus perspectivas. Temos, assim, que particularizar críticas sectoriais às acções do governo, vincando o risco de esgotamento do sistema democrático tal como ele está a ser praticado, e que o aproxima da sua própria caricatura.

19

O sistema democrático é, por definição, e excelência, um sistema meritocrático, mas, em Portugal, a democracia no seu excessivo e reductor partidarismo, ou sectarismo partidário, tem-se progressivamente medicalizado. A ausência dos cidadãos de vida política, as distorções na selecção democrática, o autoritarismo, a ausência da justiça democrática e social, o vazio de futuro e perspectivas, vêm gerando um clima de desesperança, vazio, reificação e ... medo.

20

Enfim, para ser o referente social de um espaço alternativo o MAD deve afirmar a sua aptidão frente ampliando as suas referências pessoais e políticas num sentido democrático, promovendo uma crítica global e não sistémica, referenciando-se a um novo modelo de desenvolvimento e surgindo, urgentemente, como uma reserva política alternativa e corret de esperança.

21

O Plenário de Novembro coloca-se já na necessidade de cumprimento da reforma política para ser condicionada na próxima década pelas eleições de 1985 do Presidente da República. Este aparente espaço de conjuntura é, porém,

estrutural face ao regime político português.  
O MAD deve compreendê-lo - se neste tempo de intervenção ...